



RACIONALIDADE DA CIÊNCIA-TÉCNICA NO SISTEMA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO

Technique Rationality in the Contemporary Neo-Capitalist System

Gabriel Benedito Issaac Chalita

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1580592043070785> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2763-3209>

E-mail: gabrielchalita@uol.com.br

Gilberto Davanço Neto

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7900130629911064> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8453-4688>

E-mail: davancogilberto@gmail.com

Trabalho enviado em 13 de março de 2021 e aceito em 14 de maio de 2021



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.01., 2022, p. 863-888.

Gabriel Benedito Issaac Chalita e Gilberto Davanço Neto

DOI: 10.12957/rqi.2022.58394

RESUMO

A racionalidade do ser humano aplicada na ciência-técnica no sistema capitalista contemporâneo está desvirtuada; sendo que, a finalidade, que é a vida boa aos seres humanos, se tornou o meio para sustentar e retroalimentar o sistema tecnicista do capitalismo tecnológico. De modo que, o *modus operandi* da ciência, visa apenas a legitimar a tecnologia, apartada da ética aplicada nesta relação entre tecnologia e ser humano e, ceifada do pensar filosófico crítico. Com o resultado apresentada, o problema está na razão do ser humano contemporâneo, que visa satisfazer os seus desejos e vislumbra a vida boa (*eudaimonía*) em bens materiais, suprimindo o ócio contemplativo da vida (*ataraxia*); tornando-se escravo do próprio sistema que fomenta. O objetivo é demonstrar a necessidade de se reformular o sistema hodierno, a fim de se granjear a vida boa ao ser humano como finalidade da ciência-técnica, estas que deveria ser o meio para tanto e como avanços tecnológicos em prol da qualidade dos seres humanos e, não para a reprodução capitalista. A metodologia de pesquisa é bibliográfica exploratória, expondo e dialogando com autores sobre o tema para forjarmos a nossa conclusão, que pleiteia para a ciência-técnica que frui da ética e com a razão humana em prol da *eudaimonía*.

Palavras-chave: Ciência. Ética. Razão. Ser humano. Técnica.

ABSTRACT

The rationality of the human being applied in science-technique in the contemporary capitalist system is distorted; the purpose, which is the good life for human beings, has become the means to sustain and feedback the technicist system of technological capitalism. Thus, the *modus operandi* of science, aims only to legitimize technology, apart from the ethics applied in this relationship between technology and human beings, and cut off from critical philosophical thinking. With the result presented, the problem lies in the reason of the contemporary human being, who seeks to satisfy his desires and envisions the good life (*eudaimonía*) in material goods, suppressing the contemplative leisure of life (*ataraxia*); becoming a slave to the system it fosters. The objective is to demonstrate the need to reformulate the modern system, in order to earn a good life for human beings as a purpose of technical science, which should be the means for this and as technological advances in favor of the quality of human beings. and, not for capitalist reproduction. The research methodology is an exploratory bibliography, exposing and dialoguing with authors on the subject in order to forge our conclusion, that pleads for science-technical that enjoys ethics and human reason in favor of *eudaimonia*.

Keywords: Ethic. Human being. Reason. Science. Technique.

1 Introdução

Nosso objetivo neste artigo é expor a atual conjuntura da ciência-técnica no sistema do Estado capitalista contemporâneo, por meio de características formuladas a partir da análise crítica e filosófica de autores relacionados ao debate, sobre a reflexão ética a respeito da racionalidade das ciências-técnicas no Estado capitalista, apartada da ética para com o ser humano e visando apenas o acúmulo do capital e tornando o ser humano como meio para tanto.

Trataremos o problema contemporâneo vislumbrado na ciência-técnica, que está ceifado do pensar ético. Nosso foco é a hipótese de que a evolução das ciências-técnicas no sistema capitalista se desvinculou do pensar reflexivo da filosofia e da ética para com os seres humanos e, respectivamente a construção de uma racionalidade da idolatria pelo capital (tecnologia) e não mais pela vida boa (*eudaimonía*) do ser humano. Desde a civilização grega antiga, a ética é pensada e aplicada somente entre os seres humanos; entretanto, contemporaneamente com os avanços tecnológicos e de suas respectivas ciências que se subdividem para se aperfeiçoarem cada vez mais, perdem o contato com o propósito final, que deveria proporcionar a vida boa ao ser humano, e não a evolução tecnológica para apenas se ter cada vez mais consumo e geração de riqueza para quem está no controle do sistema.

É o que podemos constatar no *statu quo*, uma inversão dos valores, nos quais a tecnologia se tornou o fim e os seres humanos o meio para a evolução da ciência-técnica que se torna mercadoria de consumo. Sendo que a ciência fundamenta e legitima os desenvolvimentos tecnológicos, sem o devido crivo qualitativo para a sociedade, apenas a fim de quantificar a produção para a sua comercialização. Dessa forma, observa-se as causas com conseqüências que evoluem da sociedade de consumo para uma sociedade de riscos, deixando as futuras gerações à mercê das tecnologias como se essas gerações também fossem meras mercadorias do sistema capitalista.

Para tanto, o presente artigo se dividirá em duas partes, sendo que a primeira (capítulos 2 e 3) discorrerá sobre a racionalidade humana desde o Iluminismo até hoje com o sistema capitalista; a segunda parte (capítulos 4, 5 e 6) discorrerão sobre a necessidade de se aplicar a ética na ciência-técnica do direito, dentre outros fatores, para solucionar o desvirtuamento e a inversão dos valores contemporâneos que escravizam os seres humanos ao transformá-los em indivíduos a serviço da ciência-técnica do sistema capitalista. Isto porque a ausência do pensar ético e crítico em relação à tecnologia a transforma em algo apartado e desinteressado da responsabilidade e da justiça para com o ser humano e o meio ambiente; proporcionando a positividade e a valorização do tecnicismo exacerbado.



2 A racionalidade do ser humano no centro do mundo

Com o retorno da reflexão através da razão humana (século XVII d.C.), similar quando no período da Grécia Antiga (século V a.C.), surgiu o período denominado Esclarecimento ou Iluminismo (*Aufklärung*). Quando o período medieval, baseado na criação de uma divindade sagrada pelo pensamento religioso se dissolveu, e, aos poucos, começou a se separar da filosofia, surgiu a teologia. Simultaneamente, o ser humano começou a utilizar a razão para interagir com as angústias do mundo, tornando-se o centro do universo (o ser humano que valora os objetos e discerne diretamente sobre o mundo, pela relação sujeito-objeto), movimento que foi denominado Antropocentrismo.

Da passagem teocêntrica do medievo para o antropocentrismo da modernidade, “a visão teocêntrica do universo cedeu lugar a uma concepção nova, o Antropocentrismo ou Humanismo, em que o homem ocupa o centro de todas as coisas” (DE CICCIO, 2017, p. 147). Em seguida, vieram o tecnicismo e, na sequência, o utilitarismo: “A opção antropocêntrica produzirá a longo prazo o individualismo e o egocentrismo, injustamente atribuíveis a um retorno ou ‘renascimento’ de ‘ideias naturalistas’” (DE CICCIO, 2017, p. 148). Quando a racionalidade humana foi colocada no centro do universo, manifestou-se a relação histórico-filosófico do antropocentrismo do século XVII, com especial destaque aos filósofos René Descartes e Immanuel Kant. René Descartes, ao refletir em seu texto *Princípios da filosofia*, explica que para examinarmos a verdade é imprescindível: “[...] pôr todas as coisas em dúvida [...]. Porque fomos crianças antes de sermos homens, e porque julgávamos ora bem ora mal as coisas que se nos apresentaram aos sentidos quando ainda não tínhamos completo uso da razão”. Segundo o pensador, “há vários juízos precipitados que nos impedem agora de alcançar o conhecimento da verdade [...] e de tal maneira nos tornam confiantes que só conseguimos libertar-nos deles se tomarmos a iniciativa de duvidar, pelo menos uma vez na vida, de todas as coisas em que encontrarmos a mínima suspeita de incerteza” (DESCARTES, 2016, p. 27).

Immanuel Kant, ao tratar do período do *Aufklärung* (Esclarecimento/Iluminismo), expõe: “[...] é a libertação do homem de sua imaturidade (*Unmündigkeit*) auto-imposta. Imaturidade é a incapacidade de empregar seu próprio entendimento sem a orientação de outro”. E conclui: “Tenha coragem de usar sua própria mente (*Verstandes*)! Este é o lema do Esclarecimento” (KANT, 2012, p. 145). A história passou, então, a ser escrita com o enfoque no ser humano, e não mais com ênfase nos fatos do meio ambiente natural do mundo.

A partir da modernidade, a filosofia se subdividiu e se especializou, criou áreas específicas para determinadas praxes forenses a fim de evoluir e de se aprofundar em determinados nichos do

conhecimento. As ciências “[...] a partir do início do século XVII nasceram, autônomas, e logo depois separadas da filosofia, mas ameaçando tomar seu lugar, as ciências no sentido moderno do termo.” (VILLEY, 2019, p. 25).

A ciência das técnicas, que deveriam ser o meio para a vida humana, é ceifada da ética, com enfoque direto à produção e visando a quantificação material e, suprimem o valor da qualidade da vida humana, que deveria ser a finalidade. Conforme as disposições racionais da ciência e da técnica, Gabriel Chalita (2017, p. 112) explica que: “[...] a ciência, apesar da constatação de verdades invariáveis, é mutável. Pode-se dizer da ciência que é ratificável ou retificável, isto é, um novo estudo pode corroborar a verdade que vinha sendo sustentado pela comunidade científica ou pode corrigi-la.” Sendo a técnica: “A principal característica da técnica é sua ligação com a produção de objetos, com as atividades que geram coisas materiais ou serviços. Dessa forma ela está intimamente relacionada com o trabalho [...]” (CHALITA, 2017, p. 112). Dessa forma, a técnica isolada não é capaz de agir eticamente: “[...] as atividades a que se refere a técnica não são exatamente as mesmas a que a ética se dedica. Estas últimas são sempre realizadas, analisadas e julgadas no contexto da vida em comunidade, de cidadãos ligados por um destino político comum.” (CHALITA, 2017, p. 114)

Em algumas delas, a técnica se tornou o enfoque das ciências, gerando uma mudança nos valores e nos desejos humanos. Agora, o desejo se dá voltado à tecnologia, conforme expõe Gilles Lipovetsky (2007, p. 11): “Uma nova modernidade nasceu: ela coincide com a ‘civilização do desejo’, construída ao longo da segunda metade do século XX”. O ser humano moderno busca o hedonismo, a satisfação de seus infinitos desejos pessoais: “[...] o maior bem-estar tornou-se uma paixão de massa [...]” (LIPOVETSKY, 2007, p. 11). Diante desse cenário, o autor questiona: “reinvestindo na dimensão do ‘ser’ ou da espiritualidade, o neoconsumidor estaria mais bem inserido no caminho da felicidade que seus predecessores?” (LIPOVETSKY, 2007, p. 15).

O ser humano moderno deseja de forma subconsciente consumir a tecnologia a fim de saciar seus desejos pessoais. E vai além: espera, com isso, obter felicidade: “A civilização consumista distingue-se pelo lugar central ocupado pelas aspirações de bem-estar e pela busca de uma vida melhor para si mesmo e os seus” (LIPOVETSKY, 2007, p. 16). A evolução do movimento antropocêntrico materializou o ser humano viciado a saciar os seus desejos e capaz de consumir tudo aquilo que a tecnologia do seu tempo puder propiciar em termos de desejos pessoais, visando alcançar a felicidade o mais rapidamente possível. Entretanto, apesar da materialização desses desejos no sistema capitalista, sempre se há de ter esperança, pois: “[...] apesar da inflação das necessidades mercantilizadas, o indivíduo continua a viver para outra coisa que não os bens materiais passageiros. Os ideais de amor, de verdade, de justiça, de altruísmo não faliram: nenhum

niilismo completo, nenhum “último homem”. Entretanto, não há salvação sem progresso do consumo, ainda que ele fosse redefinido por novos critérios; não há esperança de uma vida melhor se não rediscutirmos o imaginário da satisfação completa e imediata, se nos ativermos apenas ao fetichismo do crescimento das necessidades comercializadas” (LIPOVETSKY, 2007, p. 18-20).

Dessa forma, o hedonismo consumidor pode ser assim definido: “[...] uma cultura cotidiana dominada pela mitologia da felicidade privada e pelos ideais hedonistas [...]. Não mais injunções disciplinares e rigoristas, mas a tentação dos desejos materiais, a celebração dos lazeres e do consumo, o sortilégio perpétuo das felicidades privadas” (LIPOVETSKY, 2007, p. 102). Trata-se de um “hedonismo individualista que se concretizou em novas práticas de consumo, passando este a ser uma das principais preocupações dos indivíduos” (LIPOVETSKY, 2007, p. 103). Por isso, atualmente, falamos em consumo hiper individualista, o que “[...] significa a passagem de um consumo ordenado pela família a um consumo centrado no indivíduo [...]” (LIPOVETSKY, 2007, p. 104).

A ética nas relações humanas, eivada pelo tecnicismo, a materialização dos desejos e até mesmo da felicidade, suscitam a frivolidade e a fragilidade do ser humano. Segundo Lipovetsky (2007), no horizonte desenha-se não a aniquilação dos valores e dos sentimentos, mas, mais prosaicamente, a desregulamentação das existências, a vida sem proteção, a fragilização dos indivíduos. Estamos nos referindo à sociedade materialista individual para alcançar o que atualmente se entende como felicidade. Para o autor, na sociedade contemporânea burguesa, os valores predominantes são os seus próprios valores, e não mais os valores de família e de tradição (do passado), mas aqueles voltados ao futuro e, particularmente, os individuais.

Dessa forma, a partir do movimento antropocêntrico, a sociedade hedonista evoluiu da sociedade do desejo, para a sociedade de hiperconsumo – ou seja, dedica-se 24h por dia ao consumo e considera que quem não se curva a ele (ao consumo em larga escala), não existe. Trata-se de um consumo em relação a tudo, imposto pelo sistema capitalista. Por exemplo, há médicos prescrevendo remédios às crianças ativas (quando, na realidade, deveriam dizer para a criança brincar e ser criança). Ao contrário, aplicam o tecnicismo da ciência materialista do capital, transformam tudo em mercadoria e, inconscientemente, moldam a criança com a ideologia do capital (que é hedonista), visando satisfazer imediatamente seus desejos materiais e individuais.

O ser humano inserido na sociedade de hiperconsumo, que compra cada vez mais para satisfazer seus desejos pessoais e unilaterais, conta com a insaciedade da “modernidade líquida”, conceito exposto por Zygmunt Bauman. O autor explica que a partir da satisfação de determinado desejo, se perde o tesão e o gozo pelo objeto de desejo antes perquirido, que agora se torna sem valor e ultrapassado. Platão (século V a.C.) explica que o desejo está na falta do bem almejado; o

que conforme a figura de linguagem construída por Zygmunt Bauman, de que o estado físico da água que flui rapidamente como as relações humanas e desejos da modernidade, sendo que a velocidade da fluidez da água está tendendo a evoluir e passar para o estado gasoso, a satisfação humana, refletindo na forma existencial e relacional dos seres humanos. Ao buscarmos satisfação dos desejos de forma cada vez mais voraz, fomentados pela economia capitalista que oferece meios para tanto.

A história revela que a formação do homem antropocêntrico tem como início o pensar em René Descartes e Immanuel Kant com a razão, e não mais a teologia medieval. Para Hannah Arendt, a história desde a modernidade é contada pelos atos humanos, e não mais pelos fatores do “ser”, mas pelo “dever ser”. A história retratada é sobre o enfoque no homem e não mais sobre os eventos naturais da Terra, onde o ser humano tenta dominar a natureza, causando subjetivação da vontade e dos interesses pessoais (particulares). Os homens desprezam os vínculos duradouros no momento em que se satisfazem pessoalmente. Ato contínuo, o indivíduo segue para explorar outra relação, visando suprir os desejos próprios e consumir o que for preciso para satisfazer os seus interesses. Assim é o consumo da tecnologia para satisfazer os desejos individuais. Em razão disso, Lipovetsky escreve sobre a ideia da sociedade hedonista, do desejo; é a sociedade de hiperconsumo, na qual todos querem consumir para satisfazer seus desejos particulares, independentemente da coletividade e do ecossistema (LIPOVETSKY, 2007). Nesse contexto, o meio ambiente como um todo é posto em segundo plano, dando espaço para a realização do ser humano no centro do mundo, com sua racionalidade em prol dos seus desejos individuais.

3 A dominação do capital na racionalidade humana

Por conseguinte, Jürgen Habermas explica que é na *racionalidade* onde se oculta a dominação e não em um determinado uso da técnica. Implicando assim, a dominação da natureza e dos seres humanos. Dessa forma, é a técnica e a ciência como ideologia, que dominam a razão humana. (HABERMAS, 2014)

Desde o final do século XIX, os países capitalistas mais avançados têm um crescimento intervencionista estatal de estabilização do sistema e um crescimento de interdependência da pesquisa e da técnica, transformando a ciência na principal força produtiva; favorecendo as condições para o capitalismo liberal, onde a técnica e a ciência assumem hodiernamente a legitimação da dominação da racionalidade do ser humano. O texto “Técnica e ciência como ‘ideologia’” de Habermas traz a reflexão desenvolvida em resposta aos escritos de Herbert Marcuse sobre a teoria: “A força libertadora da tecnologia - a instrumentalização das coisas – converte-se

em um grilhão da libertação, torna-se a instrumentalização do homem.” (HABERMAS, 2014, p. 33)

Inicialmente, Habermas (2014, p. 75) explica que Max Weber utiliza o conceito de “racionalidade” para: “[...] designar a forma da atividade econômica capitalista, das relações do direito privado burguês e da dominação burocrática.”, que refere-se a deliberação racional do ser humano para a propagação dos âmbitos sociais, que: “[...] corresponde à industrialização do trabalho social, tendo por consequência a penetração dos critérios da ação instrumental em outros âmbitos da vida (como a urbanização dos modos de vida, a transformação técnica das trocas e da comunicação).” (HABERMAS, 2014, p. 75). Essa racionalização científica e tecnológica está institucionalizada na ideologia do progresso da sociedade: “Na medida em que a técnica e a ciência penetram nos âmbitos institucionais da sociedade e, dessa forma, transformam as próprias instituições, as antigas formas de legitimação são decompostas [...]” (HABERMAS, 2014, p. 76)

O conceito de razão técnica configura na ideologia do ser humano e não apenas nas formas estruturais do sistema, mas material; pois a tecnologia domina a natureza e o próprio ser humano e, dominando-os através da fundamentação cientificamente, que está a serviço da técnica do capital. Os interesses e fins dessa racionalização do sistema capitalista na ciência da técnica, além de serem introduzidos e adicionados, estão na construção da técnica, pois: “[...] a técnica é em cada um de seus casos um projeto histórico-social, [...] projetado o que uma sociedade e os interesses nela dominantes tencionam fazer com os homens e com as coisas. Uma tal finalidade da dominação é ‘material’ [...], pertence à forma mesma da razão técnica.” (HABERMAS, 2014, p. 77). Nas sociedades desenvolvidas no segmento industrial, em prol do sistema capitalista, a imagem formal da exploração e opressão é suprimido e se torna ideologicamente aceito pela racionalidade humana, concomitantemente com a dominação ideológica da política. Sendo que: “A racionalidade da dominação se mede pela manutenção de um sistema que permite ter o aumento das forças produtivas atrelado ao desenvolvimento técnico-científico.” (HABERMAS, 2014, p. 78)

Com o aprimoramento da tecnologia e crescimento da produção, organizado pela ciência e a técnica do sistema de interesses posto pelo Estado capitalista, é institucionalizado a racionalidade humana tendo como racional este *statu quo*, de detrimento da importância para a qualidade do ser humano, para a perpetuação da forma capital que se consolida na razão humana. O que reflete em todas as áreas das ciências humanas, em especial destaque ao Direito burguês posto, que se dá em prol da defesa da mercadoria, da propriedade, da tecnologia, da prestação de serviços sem direitos a quem labora; protegendo o capital, o investidor, o grande empreendedor e a propriedade; é o que institucionaliza o capital e não, a dignidade da pessoa humana.

Na leitura de Habermas (2014, p. 80), Marcuse defende expõe a consolidação da racionalidade tecnológica pelo ser humano, defende que a ciência moderna é estruturada com princípios a priori que servem como meio de fundamentar a produção que se dá automaticamente. A tecnologia, além de se perpetuar pela produção, legitima o poder político hodierno, que engloba todos os setores culturais, consolidando valor ao capital e não mais valor ao ser humano. A fora que a tecnologia impossibilita a autonomia do ser humano, suprimindo a liberdade de determinação e deliberação da própria vida. Sendo consequência a dependência da tecnologia, tornando-se submisso a elas, o que demonstra que a supressão da liberdade do ser humano pela tecnologia, não é irracional e nem política, mas sim consequência do sistema posto por ele mesmo, mas que por não deliberar o pensar ético e filosófico, apenas visar o lucro do capital, acaba sendo institucionalizado pelo mesmo; com a premissa de que o fato de aumentar a eficiência e produção no trabalho e da vida ficar mais confortável são os fins, desse modo a racionalidade tecnológica protege e financia a legalidade desse sistema, sendo que a instrumentalização das formas e relações da vida humana permita racionalmente uma sociedade totalitária. Habermas (2014, p. 87) em suas reflexões com Marcuse, relacionam: “[...] se a técnica se converte na forma universal de produção material, ela define então toda a cultura; ela projeta uma totalidade social – um mundo.”

Habermas (2014, p. 82) adverte que: “Cientificamente compreendida e dominada, a natureza reaparece no aparato técnico de produção e destruição, o qual mantém e melhora a vida dos indivíduos ao mesmo tempo que os submete ao senhorio desse aparato.”. Tendo este fenômeno social e tecnológico exposto no parágrafo acima, com base nas reflexões filosóficas em Marcuse, a fusão entre tecnologia e dominação da razão humana, institucionalizado a priori na ciência da técnica do sistema posto: “[...] se esconde uma concepção de mundo determinada por interesses de classe e pela situação histórica – um ‘projeto’, como Marcuse diz aderindo à linguagem do Sartre fenomenológico -, então a emancipação não poderia ser pensada sem a revolução da própria ciência e da técnica.” (HABERMAS, 2014, p. 81) Dessa forma, é primordial que: “[...] uma nova ciência alternativa precisaria abarcar a definição de uma nova técnica.” (HABERMAS, 2014, p. 83)

A racionalidade tecnológica não se permeia a reflexão da totalidade ética, apenas o recalque da eticidade. Além de que: “A consciência positivista vulgar coloca fora de questão o sistema de referência das interações baseadas na linguagem cotidiana, onde a dominação e a ideologia surgem sob condições de uma comunicação distorcida [...], por seu meio, também podem ser reflexivamente perscrutadas.” (HABERMAS, 2014, p. 119). E com a massa da população despolitizada pela racionalidade tecnológica é legitimada, se torna: “[...] auto-objetificação do homem em categorias tanto da ação racional com respeito a fins quanto do comportamento adaptativo: os modelos reificados da ciência imigram para o mundo da vida e ganham um poder objetivo sobre a

autocompreensão social.” (HABERMAS, 2014, p. 119). Pelo exposto, vislumbra-se a hipótese de que o conflito está na razão humana, que se permeia através da ideologia para satisfazer os desejos pessoais – a razão idolátrica; o que Habermas comenta ao dizer que: “[...] a crítica que Marcuse dirige a Weber, quanto sua tese da dupla função do processo técnico-científico (isto é, como força produtiva e como ideologia).” (HABERMAS, 2014, p. 88)

4 A ciência a serviço da técnica

A partir do período da Modernidade, a filosofia se subdividiu em diversas ciências-técnicas, criando áreas específicas de estudos, como por exemplo, a física, a matemática, a química etc. Este tecnicismo que visa evoluir, aprofundar e desenvolver melhor cada área da ciência, afasta-se do olhar crítico da filosofia. Michel Villey alerta que: “Vivemos hoje, ao que tudo indica, na era técnica, e o tecnicismo é o inimigo mortal da filosofia [...]” (VILLEY, 2019, p. 04). Destaca-se que o Direito: “[...] tenha resistido mal à onda cientificista, hostil a qualquer ‘metafísica’, lançando-se numa espécie de tecnicismo à moda americana. Quer-se mostrar atividade, eficiência; servir aos ‘negócios’. Reprova-se à filosofia sua inutilidade.” (VILLEY, 2019, p. 05).

Por conseguinte, conforme observa Jacques Ellul (1968), a técnica modificou o meio ambiente do homem e até mesmo o seu próprio ser. A técnica precede a ciência, a ciência é apenas a aplicação da técnica – no entanto, o homem contemporâneo transformou-se numa máquina técnica, quase sem vida. Notamos, então, a ausência da racionalidade reflexiva, da ética e do pensar filosófico crítico, suprimido para a aplicação da técnica como uma ciência meramente instrumental para a positivação tecnológica, sem nenhuma responsabilidade crítica (reflexiva) e ética.

Michel Villey explica que: “Assim como um operário trabalha com uma máquina sem se preocupar em saber como foi construída, ensinamos segundo as rotinas de um dos diferentes tipos existentes de positivismo jurídico, sem nos darmos ao trabalho de verificar quanto valem essas rotinas.” (VILLEY, 2019, p. 12). De forma que o recuo do pensar filosófico sobre as ciências, acaba empobrecendo e até mesmo suprimindo o olhar ético das técnicas: “O dever-ser, a moral ficaria a cargo dos filósofos, e a ciência se ocuparia dos fatos tais como são. A filosofia conservava a Lógica, a Moral e a Política. Para trata-las, o idealismo forjará um método próprio, apriorístico, que se gabará de nada dever à experiência [...]” (VILLEY, 2019, p. 26). Villey destaca conforme o entendimento de Hegel: “[...] a verdade consiste no conhecimento do ‘todo’; e a falsidade é a apreensão unilateral, própria precisamente do cientista moderno, que se põe como uma apreensão do todo. Hegel é um verdadeiro filósofo pela nostalgia desse conhecimento universal que o

atravessa.” (VILLEY, 2019, p. 27). De forma que, assim como entende Jacques Ellul, Michel Villey confirma que: “[...] As ciências modernas são as auxiliares da técnica, enquanto a filosofia é essencialmente ‘inútil’. A não ser pelo fato de nos orientar para o bem, o verdadeiro e o justo.” (VILLEY, 2019, p. 29).

O sistema de compreensão racional do ser humano na sociedade contemporânea se estrutura em uma dogmática reprodutiva, almejando a quantidade e não a qualidade; sem um questionamento ético e crítico pela filosofia, a sociedade é reduzida ao *modus operandi* tecnicista, defensora do interesse econômico, visando a satisfação dos desejos e do lucro instantâneo das pessoas, o que de forma infeliz desestabiliza todo o meio ambiente, comprometendo as futuras gerações.

Ellul (1968, p. 1-23) explica que a técnica transforma em máquina tudo o que interage e convive com ela (seja direta ou indiretamente). A técnica, segundo o autor, criou um ambiente inumano para o homem no século XIX. Ellul afirma que é inútil debater contra o capitalismo, pois não é ele que cria este mundo, mas sim a máquina; no sistema do Estado capitalista, a técnica integra a máquina na sociedade, tornando-a social e sociável em nossa comunidade, de forma que ela ocupa todos os espaços, sem deixar de fora o ser humano.

A técnica absorve o ser humano progressivamente, penetra em todas os seus domínios; a ideia de que a técnica é a aplicação da ciência é equivocada, pois sabemos que a técnica sempre precedeu a ciência. Ocorre que a ciência se tornou um meio a serviço da técnica e, conseqüentemente, os problemas aumentaram, porque a técnica mecaniza as relações sociais, transformando seres humanos em inumanos (máquinas). (ELLUL, 1968, p. 13). Dado o exposto, a técnica não frui da história humana social, porque não valoriza a construção histórico-social. Por essa razão, arrisca-se a “passar por cima do ser humano” e causar graves danos sociais. Um mundo que glorifica incondicionalmente a técnica e que projeta as ciências a favor da positivação do tecnicismo mecanicista desassociada da ética está fadado a catástrofes humanas e ambientais. Todavia e, infelizmente, é o que ocorre na sociedade contemporânea cada vez mais doente, inserida num meio ambiente cada vez mais instável e conflituoso: “A técnica tornou-se autônoma, e constitui um mundo devorador que obedece às suas próprias leis, renegando toda tradição. A técnica não mais repousa em uma tradição, mas na combinação de processos técnicos anteriores e sua evolução é rápida demais, por demais subversiva para integrar as tradições.” (ELLUL, 1968, p. 13).

No entanto, o progresso tecnológico ocorre rápido demais, razão pela qual Ellul (1968, p. 17) constata que só é possível ser conhecido o que é quantificável depois da aplicação técnica pela ciência; o problema é que o efeito da técnica sobre o homem não é quantificável, conforme a afirmação de que “o operário está cansado”. Nesse caso, é fácil constatar que o ser humano já sofreu a pena da aplicação mecânica sobre ele, porque a ciência-técnica é materializada nas relações

humanas sem qualquer análise prévia crítica e ética. Na civilização moderna, os meios (tecnologia) são mais importantes que os fins (a vida boa do ser humano, a *eudaimonia* grega, em contradição ao pensamento grego clássico: Aristóteles, em suas obras *Ética a Nicômaco* e *Política*, explica que o comércio (poderíamos adicionar a tecnologia atualmente), do grego *krematistiké*, é a arte de comercializar todo tipo de atividade, reputada por Aristóteles, pois desvirtua a finalidade natural da política, que absorve as energias humanas, desviando-as do campo político para o econômico (especialmente no Estado capitalista contemporâneo) e da finalidade da vida que é a *eudaimonía*, a vida boa do ser humano, a qual através do ócio contemplativo poderá ser alcançada.

Na contemporaneidade, mais vale a eficiência da técnica quantitativa do que a razão humana qualitativa. Não se mensuram os riscos causados pela busca incondicional da eficiência. Ellul (1968, p. 19-20) explica que a operação técnica produz uma dupla intervenção: à consciência e à razão, fato que resulta no que chamamos de fenômeno técnico. É a busca incondicional pela eficiência sem ponderação nem crítica qualitativa. Valoriza-se o especialista técnico e descarta-se a crítica filosófica (ética), tudo se tornando mecânico, inclusive a arte humana, mercantilizada pela máquina.

Desse modo, o aprimoramento e a especificação da técnica em busca da quantidade material, alicerçado e fomentado pelo sistema do Estado capitalista, com a supressão da ética e a desvalorização da qualidade da vida humana e o convívio social. A técnica visa apenas a economia e a organização que se retroalimentam. Todavia, “tecniza-se” até mesmo o ser humano, em um ciclo vicioso e capitalista, sem humanizar as relações entre os homens e sua interação com o meio ambiente.

Segundo Aristóteles (2019, p. 38), “[...] a vida é ação, não produção [...]”, no sentido de que a propriedade (atualmente poderíamos evoluir à mercadoria e à técnica) é apenas uma parte para auxiliar o homem na ação “[...] pois o homem por natureza não é uma propriedade de si mesmo, mas de outro, e esse por natureza é o escravo; mas é homem de outro quando, mesmo sendo um homem, é uma propriedade, e uma propriedade é um instrumento de produção e que existe em separado.” Nesse sentido, a partir da Revolução Industrial o ser humano torna-se mercadoria.

Hoje, o ser humano é analisado tal qual uma máquina. Seu destino é produzir capital. Seu valor atual se dá pela produtividade (quantidade), e não pela qualidade. Segundo Jacques Ellul (1968), por meio de uma modificação psicológica, podemos extrair o máximo do homem e conseguir que ele suporte alegremente os inconvenientes do mundo, que compreendemos serem causados pela reprodução quantitativa da técnica mecânica do Estado capitalista. Por esta razão, o suporte técnico se dá pelo rendimento, e não mais pela “vida boa” compreendida como felicidade e conceituado pelos gregos como *eudaimonía*. (ABBAGNANO, 2012, p. 505). Ellul (1968, p. 331)

adverte que a técnica está penetrada no ser humano e além da máquina gerar um novo meio ambiente para o ser humano, modifica o próprio ser humano. Sendo que o meio ambiente em que os seres humanos vivem não é mais o seu mesmo. Devendo assim, como no início da civilização humana, os seres humanos deverão se adaptarem a este novo mundo, para o qual não evolui naturalmente.

Por esta razão, a relação espaço-tempo será regida e medida pela máquina, “a própria vida será medida pela máquina” (ELLUL, 1968, p. 331). Diante disso, ou o ser humano se adapta ou fica fora da sociedade tecnológica e mecânica do capitalismo: “[...] as estruturas sociológicas também mudam: o homem está, então, em desacordo com seu universo. Daí a necessidade indispensável de se restabelecer esse acordo (ELLUL, 1968, p. 342-343): “Do ponto de vista histórico, uma simples observação destruirá a segurança dessas soluções: historicamente, a técnica precedeu a ciência, pois o homem primitivo conheceu técnicas [...]”. Segundo o autor, “[...] a técnica deverá, então, esperar pelo progresso da ciência. Nessa perspectiva histórica, observa Gilles Lipovetsky: ‘A técnica, por suas repetidas experiências, propôs os problemas, revelou as noções e os primeiros elementos cifrados, mas precisa esperar as soluções’ que vêm da ciência.” (ELLUL, 1968, p. 6). Ellul acrescenta: “Pesquisas científicas e técnicas estão estreitamente unidas. É possível, aliás, e é em parte o pensamento de Einstein, que a técnica devoradora acabe por esterilizar a ciência.” (ELLUL, 1968, p. 9).

A evolução do tecnicismo social, da dominação da técnica e da mecanização sobre os seres humanos e relações sociais pode nos amedrontar para o que teremos no futuro próximo. Dois movimentos filosóficos levam à essa reflexão: o movimento utilitarista em Jeremy Bentham e John Stuart Mill, autores que visam apenas a utilidade e a quantificação nas relações sociais, e o movimento do direito econômico, capitaneado por Richard Posner, que estuda apenas a eficiência econômica do direito – ambos os movimentos ignoram a dignidade da pessoa humana.

Por isso, o pensar filosófico ganha cada vez mais relevância em uma sociedade tecnicista que visa apenas a quantidade/produção e a tem como fim. Diante disso, equivocadamente cega pelo desejo da satisfação dos prazeres pessoais, a sociedade inverte e suprime a verdadeira razão da vida, a vida boa, a *eudaimonía*, na qual os meios deveriam ser voltados à finalidade do ser humano poder se conhecer e ser feliz em harmonia com a sociedade e a natureza. Essencial, portanto, o pensar crítico e a ética nas ciências das técnicas, sob pena de novamente cometermos atrocidades humanas, como os exemplos históricos envolvendo a positivação de normas jurídicas que suprimiram os direitos das minorias durante o Holocausto, e a invenção da bomba atômica utilizada no Japão.

Desse modo, importante esclarecermos que: “A inteligência é a centelha que ilumina a nossa atuação na vida. É a parte do divino no humano. A nossa semelhança com o sobrenatural, e a

sabedoria é a sua revelação.” e complementa o autor: “De nada adiantam os numerosos estudos científicos e a técnica no de uma função se isso não transforma o interior humano, concretizando-se em ações positivas para a felicidade.” (CHALITA, 2017, p. 117)

5 A ausência da ética na ciência-técnica

A ausência da ética, oriunda do pensar filosófico crítico e racional nas técnicas desenvolvidas sem a responsabilidade devida, leva a uma “sociedade de riscos”, conforme explica Ulrich Beck ao tratar da supressão da ética no Estado contemporâneo: “Ao ocuparem-se com riscos civilizacionais, as ciências sempre acabaram por abandonar sua base de lógica experimental, contraindo um casamento polígono com a economia, a política e a ética – ou mais precisamente: elas convivem numa espécie de ‘concubinato não declarado’.” (BECK, 2010, p. 35). O autor explica que a crítica da sociedade se fundamenta na dialética da perícia e da contra perícia, mas ambas estão sem argumentos científicos e crítica anticientífica de argumentos científicos: “[...] correndo o risco de nem chegar a perceber o objeto e o procedimento, no mais das vezes invisíveis, de sua crítica e de seus temores. Para parafrasear uma expressão célebre: racionalidade científica sem racionalidade social fica vazia, racionalidade social sem racionalidade científica, cega[...].” (BECK, 2010, p. 36).

Convivemos em uma desigualdade dupla entre duas épocas e duas culturas, da relação entre a percepção e a produção de riscos. Desigualdades de classe e desigualdades da sociedade de risco podem se sobrepor e condicionar mutuamente; estas podem produzir aquelas. A distribuição desigual da riqueza social garante com anteparos e justificativas a produção de riscos. Nesse caso, é preciso justamente diferenciar a atenção cultural e a política despertada pelos riscos de sua efetiva disseminação. As sociedades de classes giram em torno da conspícua satisfação das necessidades materiais, a dialética da fome e fartura, poder e impotência. O estado da miséria não exige qualquer medida de autoafirmação, ela existe e evidencia a tese material da riqueza e do poder. Nas sociedades de classes, as verdades estão nas certezas da cultura da visibilidade, sendo a fome esquelética em contraste com a robusta sociedade e seus palacetes. Entretanto, essas verdades aparentes, deixam de serem visíveis e se dão nas sombras de ameaças invisíveis, na sociedade de risco. (BECK, 2010, p. 54).

Vislumbra-se, aqui, a utopia da sociedade mundial: “[...] o sonho da sociedade de classes é: todos querem e devem compartilhar do bolo. A meta da sociedade de risco é: todos devem ser poupados do veneno [...].” (BECK, 2010, p. 60). Segundo o autor, “[...] a sociedade do risco é, nesse sentido, também a sociedade da ciência, da mídia e da informação. Nela escancaram-se novas

oposições entre aqueles que produzem definições de risco e aqueles que as consomem.”. (BECK, 2010, p. 56).

Quem quer que se sinta movido por essas perguntas, certamente se interessará – juntamente com o *know-how* (conhecimento) técnico (jurídico, químico, biológico e médico) – pelo potencial social e político da sociedade de risco. Os desastres tecnológicos que trazem riscos e acidentes à sociedade são maiores que os desastres naturais. Os atos que levam a essas tragédias são uma interligação entre a intervenção humana, por meio das tecnologias, e os desastres naturais. A evolução das áreas técnicas, aliada ao desenvolvimento das ciências (como biologia, direito, física, química), na intenção de aprofundar o conhecimento, aprimorar e desenvolver cada uma delas, suprimiu a análise crítica e a ética nas relações humanas, principalmente, entre o homem e a máquina. Como resultado, a ciência da tecnologia obteve uma autonomia criativa e deliberativa sujeita a riscos possíveis e eventuais. Dessa forma, os mesmos problemas existentes na chamada “sociedade de classes”, agora se afloram com a “sociedade de risco”; além disso, nesta última, o risco a que nos referimos afeta não só todos os seres humanos, mas, sobretudo, o meio ambiente.

O utilitarismo da técnica visando quantidades (rendimento econômico) suprimiu a qualidade de vida a ser alcançada pelo ser humano, deixando em segundo plano o ócio contemplativo. Em latim, a palavra ócio (*otium*), originária do grego *skole* (de onde deriva a palavra *escola* em português) é algo a ser alcançado e desfrutado pela contemplação ativa em lugares destinados para tanto, como as escolas. Entretanto, para priorizar o negócio (negação do ócio), a técnica do comércio no Estado capitalista tem os valores forjados para a construção da estrutura do capital, os meios (técnicas) se tornaram o fim em vez de se almejar a qualidade de vida do ser humano (*eudaimonia*) como finalidade; enfim, o ser humano tornou-se o meio e, a tecnologia, o fim. O que Aristóteles criticava há mais de dois mil anos, o negócio (comércio, hoje poderíamos incluir as tecnologias) acaba nos afastando do ócio contemplativo que permite nos conhecermos melhor e, somente assim, atingirmos a *eudaimonia*, a vida boa que refletirá na *pólis*.

Ulrich Beck explica que o *modus operandi* da “sociedade de classes” evoluiu para a “sociedade de risco”. Segundo ele, esses riscos aos quais se refere surgem por conta de se querer atender à necessidade e ao desejo de consumo de todos. E é em razão da impossibilidade de se atender a todos, por conta da escassez, que surge o conflito. A tecnologia como mercadoria/propriedade, por exemplo, não é acessível a todos – o operário não é quem domina atualmente os meios de produção. A tecnologia é uma nova mercadoria, a ser comercializada e desejada, que, em potencial, materializa o risco social. Assim, o medo do risco social, como todo temor em uma sociedade cada vez mais interligada e conectada, é politizado.

Dessa forma, a compreensão do que é risco numa sociedade é culturalmente decidido, é algo político e convencionado pela sociedade. Entretanto, em um sistema utilitarista baseado no uso da tecnologia, suprime-se o entendimento e até mesmo o estudo do risco que possa afetar o ser humano e o meio ambiente, sempre em prol do desenvolvimento tecnológico – para ser materializado e comercializado –, que tem no homem o meio para reproduzir esse sistema sem qualquer reflexão ética. O que isso significa? Teria o ser humano se tornado um escravo do sistema tecnológico? Segundo Beck (2010), não existem pessoas culpadas por essa realidade, mas um sistema como um todo. Diante da utopia de vivermos numa sociedade global, vive-se também um risco global; todavia, não há um sistema capaz de dar conta desse risco a fim de se solucioná-lo. Para além disso, o vazio político social acaba sendo ocupado pelo capital econômico, que assume a responsabilidade de tomar decisões.

O ser humano, animal racional e, por isso, em parte movido pela angústia da relação sujeito-objeto, é um sujeito político capaz de se antepor a tudo, como à tecnologia e ao capitalismo? Seria a classe operária responsável por isso, na primeira modernidade saindo da manufatura? E na segunda modernidade, após os anos de 1970? O medo da “sociedade de risco” poderia unir a “sociedade de classes” para mudar e se antepor ao sistema contemporâneo? De qualquer forma, apesar de a sociedade contemporânea temer o futuro, ela aprecia seu modo de vida, uma sociedade consumista que visa cegamente suprir seus desejos individuais, independentemente do fato de, desta forma, estar se tornando uma mera mercadoria e um meio da técnica do mercado capitalista. (BECK, 2010)

Nesse contexto, Bauman adverte que a ética seria irrelevante para o sistema tecnológico que detém os meios de produção do sistema posto e o conhecimento para tal: “[...] que aí é fechado, parece ser um sistema de crenças autocorroboradoras: a tecnologia que coloca o vocabulário da descrição do mundo de maneira que não permita nada a não ser ação tecnológica e que expressa toda preocupação e angústia como exigência do ‘dilema tecnológico’.” (1997, p. 213). O sistema é fechado, auto propagador e auto perpetuador, gerando o seu próprio valor e justificação. Isso legitima a sua necessidade na sociedade sem nenhum crivo ético humano. Segundo Bauman (1997, p. 213): “A própria disponibilidade de recursos tecnológicos utilizáveis, ainda que subempregados (‘podemos fazer alguma coisa; ‘temos os meios e o *know-how*’; ‘podemos produzi-la’) exige sua aplicação. Os recursos tecnológicos legitimam suficientemente suas consequências[...]”, o que de forma imperativa faz com que o ser humano utilize, independentemente das futuras consequências pela utilização desordenada e sem o crivo da ética. (BAUMAN, 1997, p. 213).

Entretanto, toda crítica deve ser feita com fundamento na estrutura do sistema, que é a sociedade do capitalismo, e não sobre os aparelhos que alicerçam e fomentam o sistema do capital

(a política estatal capitalista e as leis que lhe dão autoridade e poder). Relevante considerar que a tecnologia, a ciência e tantos outros aparelhos ideológicos estudados pela psicanálise proporcionam e fomentam o desejo humano, advindos do subconsciente, conforme explica Sigmund Freud em sua teoria do *Id* da psique humana, que se dá no fetiche pelo capital (mercadoria, propriedade, tecnologia etc.).

Das críticas e do pensamento equivocado cria-se um ciclo vicioso que alimenta a estrutura capitalista, uma estrutura que separa e suprime o ser humano ao degradar a vida boa do indivíduo para exaltar o capital e o consumo. Estes, por sua vez, são positivados pelas normas jurídicas que protegem a propriedade (o capital). Sabemos que o avanço da tecnologia (e do capital) só ocorre porque é empurrado – assim como o empregado que trabalha, mas não sabe o motivo nem se importa muito com a razão; trabalha-se porque há os meios desenvolvidos para realizar a tarefa e obter um fim, mas este fim não necessariamente é útil para a humanidade. Isto porque sequer passou pelo crivo ético e o pensar filosófico. Apenas fora realizado pelo fato de uma técnica permitir o desenvolvimento de alguma mercadoria que gere mais capital e empurre a outra num ciclo vicioso que se autossustenta e se auto propaga, independentemente do valor para a finalidade social e humana.

Bauman (1997, p. 213), ao tratar deste raciocínio, expõe o exemplo de Ellul, sobre a nossa capacidade de voarmos a Lua: “[...] o que podemos fazer nela e com ela? Quando técnicos chegam a certo grau de tecnicidade no rádio, combustíveis, metais, eletrônica, cibernética, etc., todas essas coisas se combinam e tornam óbvio que podemos voar para o cosmo, etc. Foi feito porque podia ser feito. E isso é tudo.”. E se vale dos dizeres de Max Weber, de que o mundo invocado pela tecnologia é um mundo “desencantado”: “[...] um mundo sem sentido próprio, porque sem ‘intenção’, sem ‘propósito’, sem ‘destino’. Nesse sentido, ‘necessidade natural’ é abominação, ofensa, de *lesamgeskade*, à alta e poderosa humanidade, e toda resistência da ‘matéria morta’ não passa de constrição a ser quebrada”. (BAUMAN, 1997, p. 221).

Criticar apenas o aparelhamento tecnológico – que é um fragmento do sistema – reafirmaria a estrutura desse sistema, porque este fragmento viciado será ideologicamente mitigado/modulado e incorporado à matriz estrutural do capitalismo. Nesse sentido, Zygmunt Bauman exemplifica que ao contestarmos o parecer de um perito, de forma a colocarmos um perito contra o outro, podemos roubar o conhecimento especializado e brincar audazmente com ele, mas o que dificilmente fazemos é colocar a crítica à tecnologia.

Importante, ainda, acrescentarmos a crítica do autor russo Lev Tolstói, ao avaliar as convenções familistas e as aparências sociais, a superficialidade e a hipocrisia da alta sociedade. O autor expõe ser impossível alguém dividir a sua vida em setores (bolhas), como vida profissional,

pessoal, entre outras; nossa vida é apenas uma e cada relação sujeito-objeto reflete no todo e são indissociáveis do Eu. (TOLSTÓI, 2009). Dessa forma, a estrutura propositalmente desorganiza o ser humano do seu Eu e o deixa fora de foco em relação ao meio ambiente como um todo. É o que permite a supressão das normas éticas pela eficiência técnica, desordenando e invertendo os valores morais da responsabilidade, como a moral de normas éticas por padrões de eficiência do sistema e, responsabilidade moral por procedimentos técnicos.

A fragmentação, induzida pela tecnologia, que encobre a natureza sistêmica do *habitat* humano e desconfigura o eu moral, talvez seja a principal causa da “sociedade de risco” (*Risikogesellschaft*), conforme observa Beck (2010). Com a busca pela eficácia em solucionar problemas e desejos para a satisfação humana, admite-se o uso de recursos mais poderosos e tecnológicos, o que repercute em riscos maiores, causando crescentes desequilíbrios sistêmicos. Para Bauman (1997, p. 227): “A estratégia, que ganhou seus lauréis de sucesso espetacular em construir ordens localizadas, é ela própria o fator maior da desordem global que aumenta rapidamente”

Segundo Bauman (1997, p. 249) a modernidade: “[...] pulverizou qualquer chão sobre o qual se fundar conceitualmente os mandamentos morais – minou a moralidade como tal: as responsabilidades morais não vão além das obrigações contratuais – o ‘ser para’ é não-redutível a ‘ser para si mesmo’,”, o autor destaca que: “[...] os valores interferem com o supremo preceito da eficácia máxima [...]” (BAUMAN, 1997, p. 249). Esta forma de viver viciada em capital leva a sociedade a inverter valores éticos. Valoriza-se, sobretudo, a tecnologia e sua eficiência científica visando unicamente a produção irrestrita de capital (mercadoria/tecnologia), o que possivelmente coloca em risco o meio ambiente e as futuras gerações. Não existe, atualmente, um critério da responsabilidade para o hoje e o amanhã. Jonas defende a ética para o futuro: “[...] ‘visualizar os efeitos de longo tempo do empreendimento tecnológico’. [...] difere da atual prática ordinária de administração de crise em que ela deve tratar do que ainda não aconteceu, de um futuro que é endemicamente reino da incerteza e campo de jogo de enredos conflitivos [...]” (BAUMAN, 1997, p. 251).

Salienta-se que, os meios são liberados e justificam os fins, desencadeando um mundo sem valores éticos, no qual a tecnologia passa a ser o valor central do meio ambiente, sem sequer cogitar os reais interesses da humanidade. Essa mudança conferiu à sociedade a maior plasticidade possível, rompendo os grupos sociais e trazendo a atomização, por meio da qual os indivíduos foram submetidos aos processos de sistematização tecnológica da ciência, desvinculando-os do seu “eu moral” (BAUMAN, 1997). Assim, a tecnologia na sociedade contemporânea significa, sobretudo, a fragmentação do “eu moral”, do sujeito: “O produto do impulso e da faculdade da tecnologia de

dividir/separar/fragmentar/atomizar é a divisão do conhecimento especializado. O *Know-how* e as instruções tecnológicas aparecem para os homens particulares na forma de manuais para peritos ou escritos por peritos.” (BAUMAN, 1997, p. 224). Essa fragmentação induzida pela tecnologia, segundo observa Bauman (1997, p. 277), traz algumas consequências, dentre elas a questão da eficácia, que para atualizá-la admite-se os recursos mais avançados da tecnologia, acarretando em possíveis desarranjos: “Ainda que cada impulso seja eficaz para resolver a tarefa em mão (ou, antes, porque é tão eficaz), o resultado geral é o volume e a intensidade sem cessar crescentes de desequilíbrios sistêmicos.”

Essa forma de viver leva à descrença na ciência, que se desgasta por ser um meio da tecnologia e, assim, estar a favor da “sociedade de risco”. Como o objetivo dessa sociedade é acumular capital por meio de uma ciência eficaz e tecnológica, acaba, definitivamente, enterrando as ciências humanas, o estudo ético da reflexão filosófica aplicada nas relações sociais para o desenvolvimento do ser humano e do seu bem-estar social. É o que Bauman chama de “a cobra mascarando o próprio rabo”: “[...] contrariamente à ideia largamente partilhada da modernidade como a primeira civilização universal, ela constitui uma civilização singularmente inadequada para universalização. É, por natureza, uma forma insular de vida, uma forma que se reproduz somente aprofundando a diferença entre ela mesma e o resto do mundo [...]” (BAUMAN, 1997, p. 245).

Ao avaliar a busca de soluções éticas aos problemas dessa modernidade, Hans Jonas sugere que a ética futura deveria ser guiada pela *Heurística do Medo*, subordinada por sua vez ao *Princípio da Incerteza*: “‘Deve-se dar mais atenção à profecia de ruína do que à profecia de felicidade’. Para uma heurística nascida do perigo, e sempre acumulando perigos, ‘a primeira urgência é necessariamente uma ética de preservação e prevenção, e não uma ética de progresso e perfeição’.” (BAUMAN, 1997, p. 252).

Imprescindível, portanto, indagar sobre o lugar ocupado pela ética nesta sociedade, de se granjear o pensar filosófico ético nesta sociedade tecnicista, voltada à produção de capital (mercadoria) antes que não seja mais possível enxergarmos que estamos, nós, seres humanos, nos tornando mercadoria e escravos da tecnologia. Aristóteles ao discorrer sobre a ética, alerta: “A felicidade, portanto, mostra-se como alguma coisa completa e autossuficiente, a finalidade de todas as ações.” (ARISTÓTELES, 2014, 1097b20, p. 58) E, “[...] pois se, na Ética, discorreremos bem sobre o fato de a vida feliz ser a que menos impede um modo de vida conforme a virtude [...]” (ARISTÓTELES, 2019, 1295a, p. 183-184). Nesse sentido, Jonas (2007) evolui a relação ética ao discorrer sobre a criação de uma ética com a natureza, que antes existia apenas entre os homens. Trata-se de uma ética com o futuro, uma defesa da relação entre os seres humanos e a natureza visando proteger as gerações futuras.

6 A razão da ética na ciência-técnica

Diante da supressão do ócio contemplativo, por consequência, o pensar filosófico, que elabora a reflexão crítica e a ética nas relações humanas, equivocadamente as novas tecnologias são desenvolvidas sem critério prévio, apenas visando mercantilizar ideias e desejos a serem atendidos no sistema político contemporâneo. No sistema político capitalista (no qual os meios se tornaram os fins), a tecnologia é relevante como meio a assegurar praticidade, conforto e segurança à vida humana. Nesse contexto, a tecnologia se tornou a busca final do ser humano, em oposição ao passado histórico, quando o homem tinha como fim maior a razão, tendo em vista a sociedade ter se organizado de forma política para ordenar os meios à vida humana. Sendo este o fundamento de renovarmos nosso contrato com o meio ambiente e nos alinharmos a ele. A razão iluminista do antropocentrismo, pelo que vimos, não está gerando bons frutos para a humanidade, considerando que vivemos uma anomalia.

O paradigma necessário a se estabelecer é o da ética entre o ser humano e a ciência-técnica. Neste novo contrato da humanidade, a cláusula da ética deverá ser a união não só entre os homens, mas também do homem com a matriz da ciência-técnica, pois nela estamos inseridos e dela necessitamos para nossa subsistência e continuação da vida.

Conforme explica Hans Jonas (2007), é fundamental incluirmos em nossas escolhas presentes a *integridade do homem* como um dos objetos almejados para o futuro, visto que a existência ou a essência do homem nunca pode colocar em risco o futuro da humanidade. Dessa forma, o dever ético não deve ser cumprido apenas pela reciprocidade kantiana, mas é necessário repensarmos com fundamento na ética do dever, e não como no passado, na ética sobre o direito. Há de se considerar a ética aplicada nas ciências- técnicas, para assim, não vivermos na contenção de riscos após a ocorrência de desastres. É necessário nos anteciparmos e nos alinharmos no sentido ético com a natureza e a vida humana para as próximas gerações, ou seja, repactuar nosso contrato de longo prazo com o futuro, para que, somente assim, possamos dar um passo à frente e não para o lado num eterno retorno cíclico, evoluindo apenas signos e formas, ou pior, retrocedendo. É a ética tradicionalmente elaborada, dos gregos (século IV a.C.) aos modernos.

Ao analisarmos alguns dos pensadores da humanidade no que tange à ética, Thomas Hobbes levantará a preocupação com a volta ao passado e o receio ao “estado de natureza”; Immanuel Kant levantará a preocupação com o presente e o tema da moral individual com o próximo e Hans Jonas trará a preocupação com o futuro e o tema da continuidade do homem e do planeta. A ética tradicional em Kant, delineada pelo imperativo categórico: “Devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal”, evoluirá nos imperativos

categoricos construído por Jonas: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana na terra” e “inclua na tua escolha presente a futura integridade do homem com um dos objetos do teu querer”. Apesar de ser formalmente kantiano e platônico, Hans Jonas é material e baseado na práxis aristotélica, visando a *pólis* (cidade-Estado e comunidade), para que se ordene com a *physis* (natureza) – o que diz respeito à relação entre os seres humanos, na política e na dogmática jurídica. Entretanto, na contemporaneidade, como a técnica evoluiu e ganhou espaço de influência simultaneamente às ciências humanas, não é forçoso prescrever a necessidade do olhar reflexivo da ética aplicado *a priori* nas técnicas e suas respectivas ciências.

Referente ao domínio da *techne* (habilidade), a relação com o mundo extra-humano: sobre o objeto, a arte afetava superficialmente a natureza das coisas, mas matinha sua essência, o que não incidia em dano absoluto à integridade do objeto e à ordem natural; sobre o sujeito, a atividade da *techne* compreendia uma ação determinada pela necessidade e não como uma constante evolutiva de um progresso que se auto justifica como fim da sociedade. Entretanto, a atuação sobre o objeto não humano não era eticamente significativa para o domínio do ser humano, a razão da ética era a respeito ao relacionamento direto do homem para com o homem e o de cada homem consigo mesmo; sendo a ética tradicional (clássica) antropocêntrica. Jonas (2007, p. 35) complementa: “[...] a entidade ‘homem’ e sua condição fundamental era considerada como constante quanto à sua essência, não sendo ela própria objeto da *techne* (arte) reconfigurada.” De forma que, o ser humano estava alhures ao objeto e a técnica, diferentemente de hoje.

Hodiernamente, a técnica está incorporada ao homem contemporâneo; no passado, ela era uma espécie de “adjetivo acessório”, que atualmente se tornou um substantivo da sentença a fundamentar todo o contexto social. Conforme explica Jonas (2007, p. 43), a natureza do homem é cada vez “menos *homo sapiens* e mais *homo faber*, e o *homo faber* aplica sua arte sobre si mesmo e se habilita a reafabricar inventivamente.” Segundo o autor, a técnica era um tributo cobrado pela necessidade, como um esforço humano e com objetivos delimitados, e não o caminho para um fim escolhido pela humanidade – um meio com um grau finito de adequação a fins próximos, claramente definidos. Hoje, a *techne* transformou-se em impulso da espécie para adiante, virou seu empreendimento mais significativo: “[...] somos tentados a crer que a vocação dos homens se encontra no contínuo progresso desse empreendimento, superando-se sempre a si mesmo, rumo a feitos cada vez maiores.” (JONAS, 2007, p. 43).

A ética tradicional é antropocêntrica, preocupa-se com o agir individual do ser humano e com a ação presente (relações de causalidade limitada); ética e tecnologia é a ética da responsabilidade, com a perspectiva “não antropocêntrica”, o que a atual conjuntura da evolução da

Terra requisita. Por esta razão, a necessidade da ética na técnica contemporânea, visto que a técnica se consolida em quase todos os atos humanos e potencializa grande parte do futuro de todas as espécies. Segundo Jonas, vivemos um “vácuo ético”.

A ética contemporânea regulamenta as ações e o poder de agir dos seres humanos. Em uma sociedade que expande e alimenta os poderes do agir tecnológico sem esse crivo, o olhar ético é cada vez mais imprescindível. Como princípio ordenador, a ética também deve adaptar-se ao tipo de ação que se deve regular. Razão a qual deve se modular às novas ações, que exigem novas regras da ética. Jonas (2007, p. 65-66) explica que: “É somente sob a pressão de hábitos de ação concretos, e da maneira geral do fato de que os são de hábitos de ação concretos, e de maneira geral do fato de que os homens agem sem que para tal precisem ser mandados, que a ética entra em cena como regulação desse agir [...]”

Dessa forma, contemporaneamente, a aplicação da ética entre o homem e o capital, este último se dando atualmente nas técnicas, a mercadoria de hoje. Além disso, os fatos consumados e criados pela tecnologia vão se acumulando e se desenvolvendo de maneira que se perde a matriz tangencial da estrutura técnica. Na maioria dos casos, não houve uma submissão ao crivo ético *a priori*. Na cadeia evolutiva da tecnologia, em espiral, ela se torna lei de sua própria técnica, visando apenas o desempenho, o lucro e os interesses de quem está no poder.

É o que Jonas (2007) denomina de: “dinâmica cumulativa dos desenvolvimentos técnicos” e “os fatos consumados, criados por aquele início, se acumulam, tornando-se a lei de sua continuação”. A ciência da técnica do direito, dissociada do pensar ético nestas relações e para com o ser humano, ao evoluir e se desenvolver em prol do sistema de proteção do capital (propriedade), posto em marcha por esta tecnologia, constrói um alicerce: “[...] adquiri sua própria dinâmica compulsiva, com um crescimento espontâneo, [...] e se tornam não só irreversíveis como também autopropulsionados, [...] ultrapassando o que quiseram e planejaram.” (JONAS, 2007, p. 78-79). Jonas ressalta que após se ter iniciado o processo, perdemos o controle do sistema: “[...] os fatos consumados, criados por aquele início, se acumulam, tornando-se a lei de sua continuação. Na hipótese de que temos ‘a nossa própria evolução em nossas mãos’, então esta nos escapará exatamente por ter incorporado em si mesma esse impulso.” (JONAS, 2007, p. 79. E complementa: “[...] temos liberdade para dar o primeiro passo, mas nos tornamos escravos do segundo e de todos os passos subsequentes. Assim, a constatação de que a aceleração do desenvolvimento alimentado tecnologicamente nos reduz a tempo para autocorreção conduz a outra constatação.”, concluindo que: “[...] as correções tornam-se cada vez mais difíceis, e a liberdade para realizá-las é cada vez menor. [...] reforçam a obrigação de vigiar os primeiros passos, concedendo primazia às possibilidades de desastre seriamente fundamentadas em relação às esperanças [...]” (JONAS,

2007, p. 79). O que atomiza o ser humano incorporando-o como parte deste sistema tecnicista alicerçado pela ciência que visa os interesses da técnica do sistema capitalista contemporâneo, e o ser humano se torna produto (mercadoria) do sistema hodierno.

Com a inversão da relação sujeito-objeto, nos tornamos objeto da técnica, que, agora, figura como o principal ator em destaque na sociedade contemporânea – observa-se que determinadas tecnologias (mercadorias) adquirem mais valor do que o próprio ser humano. Para Jonathan Crary (2016, p. 39) atualmente vivemos em “um tempo sem tempo”: “[...] um tempo sem demarcação material ou identificável, sem sequência nem recorrência. Implacavelmente redutor, celebra a alucinação da presença, de uma permanência inalterável, composta de operações incessantes e automáticas. Inscreve-se num momento em que a vida comum se transformou em objeto da técnica.”

Por fim, de acordo com o início do pensamento filosófico da humanidade, Gabriel Chalita em consonância a Aristóteles, explica que: “A receita para agir segundo a ética tem uma equação bastante simples [...]. Para agir eticamente, devemos direcionar nossas disposições interiores segundo o meio-termo, e não pela falta de uma disposição, nem pelo excesso dela.” (CHALITA, 2017, p. 107)

7 Conclusão

As reflexões expostas partem de uma crítica a ciência da técnica do direito no sistema capitalista contemporâneo. Dada a sua evolução, desprovida da ética e do pensar filosófico crítico, possibilitou a inversão de valores humanos na sociedade contemporânea, a racionalidade da ciência-técnica expõe a vida boa do ser humano, a *eudaimonia*, inclusive das futuras gerações e, fundamenta e legitima a evolução tecnológica, apenas no intuito de comercializar e gerar capital e não de proporcionar a vida boa ao ser humano.

Com o objetivo da sociedade hodierna de acumular capital por meio de uma ciência eficaz para a tecnologia, descartam-se as ciências humanas, a reflexão filosófica e ética, que deveriam ser aplicadas em todo tipo de relação: social e tecnológica. Em razão disso, o ser humano se transformou em um meio para a tecnologia (o capital), que, por sua vez, virou finalidade. A tecnologia utiliza as ciências para se fundamentar e criar valor para a sociedade, usando o ser humano como meio para manter esse sistema, levando o homem a assumir o papel de escravo das ciências das técnicas.

Desde o período do Esclarecimento (*Aufklärung*), é o uso da racionalidade (*logos*) que proporciona o nosso pensar crítico e reflexivo para conciliarmos em sociedade uma vida justa, harmônica e moralmente aceita por todos, uma sociedade ética. Não é através dos desejos do subconsciente humano que formaremos uma sociedade harmônica e justa. Isto porque, por meio da realização dos desejos, a serem satisfeitos através das técnicas meramente formais e quantitativas postas pelo sistema capitalista - e não entre humanos, por meio de técnicas qualitativas que visariam a sociedade humana e sua realização em si -, estaremos nos tornando mercadoria e fomentando este sistema contemporâneo que visa apenas a circulação de produtos e a mercantilização da vida humana.

Destarte, pelo meio democrático político é possível construir uma ética que se dá no direito de determinada nação, visando a harmonia e a justiça para determinada sociedade, permitindo-se compreender que a razão não é relevante apenas pela responsabilidade que traz em si, mas que é preciso repensar valores, a ética da razão, que se encontra consolidada e a favor da ciência da atual tecnologia ceivada da responsabilidade para com os seres humanos e o meio ambiente. Razão a qual nos leva à justiça em Aristóteles, pela qual se deve aplicar a equidade, o meio-termo e a prudência nas relações da vida, utilizando da razão, em cada técnica humana e conseqüentemente em cada ofício científico da criação de novas técnicas, para somente assim, garantirmos a devida responsabilidade para com o ser humano e o meio ambiente harmônico.

Deste modo, expomos a hipótese de que: a evolução das ciências-técnicas ceifadas do pensar reflexivo da filosofia e da ética em todas as relações (entre seres humanos e entre, homem e tecnologia), é uma causa responsável por proporcionar a positivação e a valoração da técnica do Estado capitalista. A ciência do direito positivado no ordenamento jurídico contemporâneo é estritamente técnico e meramente formal, cada vez mais desvinculado e distante da vida justa. A ciência do ramo do direito (assim como todas as outras, inclusive a medicina) é ceifada pelo sistema político da ciência da técnica do Estado capitalista, no qual a proteção está direcionada para o capital e respectivamente às técnicas que a fundamentam através da ciência, onde o que tem valor é a eficácia para gerar riqueza; almejando-se a quantidade econômica e não qualidade à vida humana.

Conforme exposto acima, compreende-se que: o ser humano está inserido numa estrutura política estatal que visa o capital (tecnologia) como o bem maior. Ao se apropriar dele, a estrutura utiliza-se para valorizar o fetiche fomentado através do desejo do ser humano em consumir tecnologias, pois o subconsciente nem sempre é controlado pela vontade da razão humana. O ato de consumir se tornou racionalmente o meio para a realização pessoal, ou seja, o fato de se possuir bens próprios é a satisfação dos prazeres humanos. Além do ser humano está despolitizado pela tecnologia e legitimado tecnologicamente, se torna auto objetificação na racionalidade humana,

compreendendo o seu meio ambiente pelo prisma da ideologia capitalista. Desse modo, vislumbra-se a segunda hipótese de que o conflito está na razão humana, que se permeia através da ideologia para satisfazer os desejos pessoais.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2014.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução, introdução e notas de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.
- CHALITA, Gabriel. *Os dez mandamentos da ética*. São Paulo: Edições Loyola, 2017.
- CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu, 2016.
- DE CICCIO, Cláudio. *História do direito e do pensamento jurídico*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- DESCARTES, René. *Princípios de filosofia*. Tradução de João Gama. Lisboa: 70, 2016.
- ELLUL, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Tradução de Felipe Gonçalves da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- KANT, Immanuel. *Resposta à questão: o que é esclarecimento?* Tradução de Márcio Pugliese. São Paulo, Cognitio, v. 13, n. 1, jan.-jun., 2012.
- TOLSTÓI, Lev. *A morte de Ivan Ilitch*. Tradução de Boris Schnaiderman. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.



VILLEY, Michel. *Filosofia do direito: definições e fins do direito: os meios do direito*. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

Sobre os autores:

Gabriel Benedito Issaac Chalita

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994), graduação em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras de Lorena (1989), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Atualmente é professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie; professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e professor do IBMEC-SP. Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo (2001/2002); Secretário de Estado da Educação do Estado de São Paulo (2002/2006). Presidente do CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação (2003/2006). Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados (2013). Secretário Municipal de Educação de São Paulo (2015/2016). Membro da Academia Paulista de Letras, tendo sido presidente da instituição por dois mandatos. Membro da Academia Brasileira de Educação e Membro da UBE - União Brasileira de Escritores.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil

Lattes:<http://lattes.cnpq.br/1580592043070785> Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-2763-3209>

E-mail:gabrielchalita@uol.com.br

Gilberto Davanço Neto

Mestrando em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-graduado (lato sensu) em Direito Processual Civil, Direito Civil e Empresarial e, Direito e Negócios Imobiliários pela Faculdade Damásio/IBMEC-SP, e pós-graduado (lato sensu) em Teoria Geral e Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bacharel em Direito pela Universidade Paulista. Advogado.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7900130629911064> Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-8453-4688>

E-mail:davancogilberto@gmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.